

Resumo de notícias econômicas

09 de Maio de 2022 (segunda-feira)

Ano 3 n. 341

Núcleo de Inteligência da ADECE/SEDET



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E TRABALHO



PRINCIPAIS NOTÍCIAS DE POLÍTICA ECONÔMICA: 09 DE MAIO DE 2021

- Economistas já falam em inflação de 2 dígitos pelo segundo ano

Previsão ganha corpo com guerra na Ucrânia, lockdown na China, dólar valorizado e eleições. Na era do Real, o País nunca teve inflação de dois dígitos por dois anos seguidos. A possibilidade de o Brasil registrar uma inflação acima de 10% em 2022, pelo segundo ano seguido (em 2021, o IPCA foi a 10,06%). A previsão vem crescendo em meio a impactos da guerra na Ucrânia, dúvidas sobre o efeito da política de “covid zero” da China, aumento dos juros nos Estados Unidos e disseminação das altas de preços no Brasil. O cenário eleitoral aparece como fator de pressão adicional.

- Ministro pede diálogo sobre suspender reajuste de energia

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, disse ontem que “é preciso conversar” para encontrar uma solução em relação à Proposta de Decreto Legislativo (PDL) que pretende sustar o reajuste tarifário autorizado pela ANEEL para consumidores no Ceará.

-Deputada quer anular aumento para o Rio de Janeiro

Os aumentos de tarifas de energia no Rio de Janeiro também estão na mira da Câmara e podem ser suspensos. A deputada federal Talíria Petrone (PSOL-RJ) protocolou dois projetos de decreto legislativo (PDLs) para anular os efeitos de resoluções que concedem reajuste anual à tarifa de energia no Estado.

- Estado busca aprimorar regras de concessão de saneamento

A Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo afirmou que faz reuniões técnicas com a Secretaria Nacional de Saneamento para aprimorar o modelo de regionalização dos serviços de água e esgoto.

- Por ‘prioridades’ do governo, Orçamento terá mais cortes

Depois de o governo bloquear R\$ 1,7 bilhão do Orçamento em março para encaixar as despesas no teto de gastos, o secretário do Tesouro Nacional, Paulo Valle, disse ontem que novos cortes serão necessários para compensar as “prioridades” definidas pela administração, entre elas o reajuste que o presidente Jair Bolsonaro quer dar ao funcionalismo público.

- Eleição é momento para debater teto de gastos

Após os candidatos à Presidência anunciarem que pretendem rever o teto de gastos – incluindo o presidente Bolsonaro – caso sejam eleitos, o secretário do Tesouro Nacional, Paulo Valle, disse que a eleição é o momento para o debate sobre o assunto.

- Guedes facilita acordos para evitar corte de salários

O ministro da Economia, Paulo Guedes, delegou ao secretário executivo e aos secretários especiais do ministério a competência para celebrar acordos que permitam a compensação, por servidores, de horas não trabalhadas “decorrentes da paralisação por exercício do direito de greve” de forma que, assim, não haja desconto nas remunerações dos grevistas.

- BC inglês eleva taxa de juro pela 4ª vez seguida

O Banco da Inglaterra (BoE, o banco central inglês) aumentou a taxa básica de juros para 1%, a quarta alta consecutiva, apesar do crescente risco de que o aperto monetário empurre a economia britânica à recessão.

- Em 3 anos, Petrobras paga ao governo o dobro de seu lucro

Apesar de o presidente Bolsonaro criticar o lucro da Petrobras, a estatal injetou nos cofres federais, entre janeiro de 2019 (início do atual governo) e março deste ano, R\$ 447 bilhões em dividendos, impostos e royalties. O valor corresponde a cinco vezes o orçamento do Auxílio Brasil para este ano. Do início de 2019 até março último, o lucro líquido da petroleira foi de R\$ 200 bilhões. O valor transferido corresponde a 38,5% do faturamento da estatal, de R\$ 1,16 trilhão. Com o montante pago a Estados e municípios, o total sobe para R\$ 675 bilhões.

Economistas já falam em inflação de 2 dígitos pelo segundo ano (09/05/2022)

Broadcast

Previsão ganha corpo com guerra na Ucrânia, lockdown na China, dólar valorizado e eleições. Na era do Real, o País nunca teve inflação de dois dígitos por dois anos seguidos. A possibilidade de o Brasil registrar uma inflação acima de 10% em 2022, pelo segundo ano seguido (em 2021, o IPCA foi a 10,06%). A previsão vem crescendo em meio a impactos da guerra na Ucrânia, dúvidas sobre o efeito da política de “covid zero” da China, aumento dos juros nos Estados Unidos e disseminação das altas de preços no Brasil. O cenário eleitoral aparece como fator de pressão adicional.

Se isso acontecer, será a primeira vez, desde o início do Plano Real, que o País terá inflação de dois dígitos por dois anos seguidos. Com esse cenário, a taxa de juros básica, elevada pelo Banco Central para 12,75% ao ano, teria de subir acima dos patamares hoje projetados e se manter alta por mais tempo. E começam a voltar os temores de inércia inflacionária e indexação, “doenças” da época da hiperinflação em que as altas de preços passadas se refletiam nos preços futuros e inflação em alta.

O banco BNP Paribas foi o primeiro a elevar, oficialmente, a projeção de IPCA em 2022 para 10% – o dobro do teto da meta. Já a projeção do BNP Paribas para o IPCA fechado em 2023 subiu de 4,5% para 5% (o teto da meta no ano que vem é de 4,75%). Segundo Carla Argenta, economista da CM Capital, “Nossa expectativa para o IPCA 2022 está em 8,4%.” João Fernandes, economista da Quantitas, elevou a projeção de IPCA de 2022 de 8,8% para 9%. Um novo reajuste dos combustíveis por parte da Petrobras, adicionaria até 0,2% à estimativa. O governo anunciou em março uma estimativa de 6,55% para o IPCA no ano. Esse dado será atualizado neste mês.

Ministro pede diálogo sobre suspender reajuste de energia (09/05/2022)

O Estado de S. Paulo.

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, disse ontem que “é preciso conversar” para encontrar uma solução em relação à Proposta de Decreto Legislativo (PDL) que pretende sustar o reajuste tarifário autorizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica para consumidores no Ceará. O projeto de decreto legislativo é do deputado Domingos Neto (PSD-CE) e tramita em regime de urgência na Câmara.

Segundo Albuquerque, o governo tem trabalhado em medidas que podem mitigar os preços de energia de forma sustentada, por meio de avanço na agenda de modernização do setor elétrico. O reajuste autorizado para o Ceará é de 25%, e o governo e as empresas do setor temem que o processo de contestação possa se espalhar por outros Estados .

A medida também foi debatida por parlamentares que participaram do evento. Arnaldo Jardim (Cidadania) disse que o Congresso não pode adotar medidas que sejam pontuais “e que jogam expectativas erradas” ao consumidor de energia. Segundo ele, a segurança jurídica do setor elétrico tem permitido que o País passe por sucessivas crises. “Temos como referência uma política e instituições, e respeito aos contratos.”

Já o deputado Danilo Forte (PSB) se mostrou favorável ao PDL, e disse que é preciso um diálogo com a agência e com a concessionária de distribuição para reduzir o impacto da tarifa para o consumidor.

Deputada quer anular aumento para o Rio de Janeiro (09/05/2022)

O Estado de S. Paulo.

Os aumentos de tarifas de energia no Rio de Janeiro também estão na mira da Câmara e podem ser suspensos. A deputada federal Talíria Petrone (PSOL-RJ) protocolou dois projetos de decreto legislativo (PDLs) para anular os efeitos de resoluções que concedem reajuste anual à tarifa de energia no Estado.

Um PDL é destinado a suspender o aumento da Enel Distribuição do Rio de Janeiro e o outro, da Light. Eles poderão ser juntados ao projeto de decreto legislativo que já está com tramitação de urgência que suspende o reajuste no Ceará. De acordo com os reajustes aprovados pela Aneel, em média as contas ficarão entre 12% e 17% mais caras para os consumidores no Rio. Os aumentos, que já entraram em vigor, são divididos em três faixas distintas: uma para clientes residenciais, uma para consumidores de alta tensão e uma para consumidores de baixa tensão. A revisão dos reajustes tem apoio do presidente da Câmara, Arthur Lira. A estratégia das lideranças da Câmara é pressionar a Aneel a fazer a revisão.

Estado busca aprimorar regras de concessão de saneamento (09/05/2022)

Jornal Valor Econômico

A Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo afirmou que faz reuniões técnicas com a Secretaria Nacional de Saneamento para aprimorar o modelo de regionalização dos serviços de água e esgoto.

“Diante da prorrogação da formação dos blocos, publicada em abril deste ano, a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (Sima) vem realizando diversas reuniões técnicas com a Secretaria Nacional de Saneamento para aprimorar o modelo e fomentar a adesão às Unidades Regionais de Serviços de Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário (Uraes)”, afirmou a secretaria.

Em abril, os Estados e os municípios ganharam um fôlego no processo de regionalização com a publicação de um decreto do governo federal. Pelas regras iniciais, municípios não teriam acesso a recursos públicos federais e a financiamentos com recursos da União se não aderissem à proposta de regionalização até 31 de março.

Por ‘prioridades’ do governo, Orçamento terá mais cortes (09/05/2022)

Broadcast

Depois de o governo bloquear R\$ 1,7 bilhão do Orçamento em março para encaixar as despesas no teto de gastos, o secretário do Tesouro Nacional, Paulo Valle, disse ontem que novos cortes serão necessários para compensar as “prioridades” definidas pela administração, entre elas o reajuste que o presidente Jair Bolsonaro quer dar ao funcionalismo público.

Em participação no Broadcast Live, Valle disse que existe uma preocupação com a paralisação da máquina pública por falta de recursos. “Existe essa preocupação, teremos de cortar outras despesas. Não tem cabimento a máquina parar por falta de orçamento.” Até o dia 22 deste mês, a equipe econômica tem de enviar ao Congresso relatório sobre receitas e despesas do ano, mostrando como serão cumpridas as regras fiscais, a meta de resultado primário e o teto de gastos, que limita o crescimento dos gastos à inflação do ano anterior.

Com a pressão de servidores públicos por aumento de salário, o secretário disse que a decisão sobre o reajuste é política. Na semana passada, Bolsonaro confirmou que pretende dar um reajuste de 5% a todo o funcionalismo. Isso teria um custo de R\$ 6,5 bilhões aos cofres públicos. “É bem provável que isso seja definido em breve.”

Eleição é momento para debater teto de gastos (09/05/2022)

O Estado de S. Paulo.

Após os candidatos à Presidência anunciarem que pretendem rever o teto de gastos – incluindo o presidente Bolsonaro – caso sejam eleitos, o secretário do Tesouro Nacional, Paulo Valle, disse que a eleição é o momento para o debate sobre o assunto.

“Pela minha experiência, qualquer governo, vai querer uma regra fiscal para controle de despesas. O teto de gastos vem se mostrando muito positivo”, disse. Com adversários propondo o fim do teto ou mesmo a mudança para ampliar os investimentos públicos, a equipe de Bolsonaro avalia que há condições mais favoráveis para a medida. O presidente cobra da equipe econômica espaço para investimentos em realizações que possam deixar sua marca num segundo mandato.

Valle negou, no entanto, que o Ministério da Economia trabalhe em propostas para retirar do teto despesas como o Auxílio Brasil ou investimentos. “Acho bastante compreensível ter esse debate, mas atualmente não tem nenhum plano de alteração da regra no Ministério da Economia”, disse.

Guedes facilita acordos para evitar corte de salários (09/05/2022)

Broadcast

O ministro da Economia, Paulo Guedes, delegou ao secretário executivo e aos secretários especiais do ministério a competência para celebrar acordos que permitam a compensação, por servidores, de horas não trabalhadas “decorrentes da paralisação por exercício do direito de greve” de forma que, assim, não haja desconto nas remunerações dos grevistas. Antes da edição da portaria, os acordos eram celebrados apenas pelos ministros. Com a medida, o governo já sinaliza aos servidores da elite do funcionalismo que a compensação das horas não trabalhadas será feita por acordo.

A norma foi publicada no Diário Oficial da União, em um momento em que várias categorias do funcionalismo público federal fazem greves, paralisações em reivindicação por reajustes salariais. Servidores do Banco Central, da Receita e do Tesouro, entre outros, estão em mobilização por reajustes desde que o presidente Bolsonaro acenou contemplar apenas as carreiras policiais. Em nota, o Ministério da Economia informa que a portaria atende a recomendações do TCU.

A norma editada não muda a forma de compensação das horas não trabalhadas. Segundo a regra do ministério, os servidores e os órgãos podem firmar um termo de acordo para a compensação. Com isso, os servidores devem iniciar o expediente mais cedo ou encerrar o trabalho mais tarde para compensar a greve. O termo deve conter as datas de início e de término da compensação das horas não trabalhadas e um plano de trabalho de reposição, contendo metas quantificáveis a serem cumpridas.

BC inglês eleva taxa de juro pela 4ª vez seguida (09/05/2022)

Reuters

O Banco da Inglaterra (BoE, o banco central inglês) aumentou a taxa básica de juros para 1%, a quarta alta consecutiva, apesar do crescente risco de que o aperto monetário empurre a economia britânica à recessão. Dos 9 dirigentes que participaram da decisão, 6 votaram pela alta para 1%, enquanto 3 pelo reajuste de 1,25%.

O BoE reduziu a projeção do PIB do Reino Unido no próximo ano, de 1,25% para queda de 0,25%. A projeção para o PIB de 2022 foi mantida em 3,75%. A persistência da escalada inflacionária, agravada pela guerra na Ucrânia e pelo efeito de lockdowns a China, explica a nova alta no juro de 0,25 ponto.

Em 3 anos, Petrobras paga ao governo o dobro de seu lucro (09/05/2022)

O Estado de S. Paulo.

Apesar de o presidente Bolsonaro criticar o lucro da Petrobras, a estatal injetou nos cofres federais, entre janeiro de 2019 (início do atual governo) e março deste ano, R\$ 447 bilhões em dividendos, impostos e royalties. O valor corresponde a cinco vezes o orçamento do Auxílio Brasil para este ano. Do início de 2019 até março último, o lucro

líquido da petroleira foi de R\$ 200 bilhões. O valor transferido corresponde a 38,5% do faturamento da estatal, de R\$ 1,16 trilhão. Com o montante pago a Estados e municípios, o total sobe para R\$ 675 bilhões.

Após a Petrobras anunciar lucro de R\$ 44,5 bilhões no primeiro trimestre, o presidente Bolsonaro veio a público reclamar do número, que considerou um “estupro” ou um “crime”. Entre janeiro de 2019 (início do governo Bolsonaro) e março deste ano, a Petrobras injetou nos cofres federais R\$ 447 bilhões, além dos dividendos, os impostos e os royalties pagos. Os números constam dos relatórios fiscais da companhia. Nesse período, o lucro líquido foi de R\$ 200 bilhões. Se a conta considerar o faturamento (R\$ 1,16 trilhão), o valor transferido corresponde a 38,5% do total.

Considerando-se ainda o que a empresa paga a Estados e municípios, o montante que entra nos cofres públicos chega a R\$ 675 bilhões. Para se ter uma ideia do que isso significa, só o montante pago à União corresponde a aproximadamente cinco vezes o orçamento do Auxílio Brasil previsto para este ano, em torno de R\$ 89 bilhões. O dinheiro também chega perto do desembolso feito pelo governo em 2020 com gastos relacionados à covid-19, de R\$ 524 bilhões.

PARA NÃO ERRAR MAIS

MAL contrário de BEM

Exemplo: Ele foi mal na prova / O mal nunca pode prevalecer

MAU contrário de BOM

Exemplo: Ele foi um mau aluno / Afaste os maus pensamentos da sua mente.

***Os textos do conteúdo exposto neste informativo não são de autoria do
Governo do Estado do Ceará.***

Assessoria de Comunicação – ADECE

Fone: (85) 3108.2700

www.adece.ce.gov.br

ANEXO

INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS

Atualização 14.02.2022

TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB (JAN-DEZ)					
	2018	2019	2020*	2021**	2022**
Ceará	1,45	2,67	-3,56	6,24	1,25
Brasil	1,78	1,41	-4,06	4,65	0,5

Fonte: IPECE. Atualizado em 16/12/2021.

VALOR CORRENTE DO PRODUTO INTERNO BRUTO ANUAL (PIB) (R\$ BILHÕES) (JAN-DEZ)					
	2018	2019	2020*	2021**	
Ceará	155,9	167,0	168,3	193,6	
Brasil	7.004,1	7.407,0	7.447,9	8.468,1	

PARTICIPAÇÕES PIB ANUAL (%) (JAN-DEZ)					
	2018	2019	2020*	2021**	
PIB CE/PIB BR	2,23	2,25	2,26	2,29	
Participações População (%)	4,35	4,35	4,34	4,33	

Fonte: IBGE e IPECE. Atualizado em 29/09/2021.

Notas: (*) Valores estimados, sujeitos a revisão; (*) Valores projetados, sujeitos a revisão.

ÍNDICE DA ATIVIDADE ECONÔMICA REGIONAL - VARIAÇÃO ACUMULADA (%)

REGIÃO/ANO	JAN-DEZ/18	JAN-DEZ/19	JAN-DEZ/20	JAN-DEZ /21
Ceará	1,86	1,83	-3,97	4,22
Nordeste	1,59	0,34	-3,54	2,97
Brasil	1,32	1,05	-4,05	4,50

Fonte: Banco Central.

Nota: base: igual período do ano anterior.

CONTAS EXTERNAS DO CEARÁ (US\$ MILHÕES) (JAN)						
	2018	2019	2020	2021	2022	Var (21 - 22) %
Exportações	180,54	238,18	203,67	106,10	210,12	98,03
Importações	195,15	206,10	257,98	237,20	628,94	165,15
Saldo Comercial	-14,60	32,08	-54,30	-131,10	-418,83	219,47

Fonte: MDIC.

ESTOQUE DO VOLUME DE CRÉDITO

	2018	2019	2020	2021 (Até dezembro)
Brasil (R\$ Tri)	3,26	3,48	4,02	4,68
Ceará (R\$ Bi)	71,32	76,77	87,14	100,58

Fonte: Banco Central.

PRINCIPAIS ÍNDICES				
ATIVIDADE – CEARÁ	Variação Acumulada de Janeiro a Dezembro			
	2018	2019	2020	2021
Produção Física Industrial	0,4	1,6	-6,2	3,7
Pesquisa Mensal de Serviços	-7,1	0,3	-13,6	13,2
Pesquisa Mensal do Turismo	6,6	4,8	-41,0	19,5
Vendas Mensais do Varejo Comum	2,1	-1,4	-5,8	-3,3
Vendas Mensais do Varejo Ampliado	2,7	3,1	-5,0	7,1
Vendas Mensais de Materiais de Construção	-2,8	13,7	5,8	23,1

Fonte: IBGE e FGV.

Nota: base: igual período do ano anterior.

MERCADO DE TRABALHO - CEARÁ				
INDICADOR	2018.4	2019.4	2020.4	2021.3
Desocupação (%)	10,1	10,1	14,4	12,4
Nível de ocupação (%)	50,3	50,8	42,8	46,7
População em idade de trabalhar	7.312 (100%)	7.410 (100%)	7.620 (100%)	7.408 (100%)
Força de trabalho (mil) (a=b+c)	4.088 (56%)	4.185 (56%)	3.808 (50%)	3.952 (53%)
Ocupada (mil) (b)	3.676	3.762	3.260	3.460
Formal (mil)	1.630	1.702	1.534	1.618
Informal (mil)	2.046	2.060	1.726	1.842
Desocupada (mil) (c)	412	423	549	492
Fora da Força de trabalho (mil)	3.224 (44%)	3.225 (44%)	3.812 (50%)	3.456 (47%)
Desalentados (mil)	328	358	466	384
Rendimento médio, estimava real, de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (em R\$)	1.525	1.685	1.656	1.694

Fonte: IBGE (PNAD Contínua).

ESTOQUE DE EMPREGO FORMAIS							
REGIÃO/ANO	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021* (Até dezembro)
Ceará	1.542.759	1.443.365	1.464.948	1.471.704	1.478.563	1.441.497	1.522.957
Nordeste	8.899.279	8.436.203	8.543.651	8.647.237	8.548.407	8.368.329	8.842.907
Brasil	48.060.807	46.060.198	46.281.590	46.631.115	46.716.492	46.236.176	48.966.773
CE/NE (%)	17,34	17,11	17,15	17,02	17,30	17,23	17,22
CE/BR (%)	3,21	3,13	3,17	3,16	3,16	3,12	3,11
NE/BR (%)	18,52	18,32	18,46	18,54	18,30	18,10	18,06

Fonte: RAIS/ME e NOVO CAGED.

Nota: * O estoque de empregos 2021: Estoque de empregos em 2020 + o saldo das contratações de 2021.

Movimentação do emprego formal – Ceará – 1996 – Dezembro/2021

Ano Declarado	Admitidos	Desligados	Saldo
2021*	492.569	411.109	81.460
2020*	373.278	367.300	5.978
2019	372.926	363.380	9.546
2018	376.722	357.097	19.625
2017	365.964	371.270	-5.306
2016	386.494	423.395	-36.901
2015	461.644	497.486	-35.842
2014	540.098	498.154	41.944
2013	523.674	477.859	45.815
2012	481.466	451.338	30.128
2011	489.918	443.892	46.026
2010	448.201	375.414	72.787
2009	379.204	314.768	64.436
2008	345.458	304.017	41.441
2007	295.833	256.111	39.722
2006	267.041	233.481	33.560
2005	240.637	209.762	30.875
2004	227.205	195.965	31.240
2003	210.583	191.938	18.645
Subtotal	7.278.915	6.743.736	535.179
2002			30.831
2001			17.081
2000			17.779
1999			5.823
1998			-7.460
1997			4.031
1996			1.463
Total			604.727

Fonte: Ministério da Economia/ NOVO CAGED.

Nota: * Valores sujeitos a revisão.

ABERTURA/FECHAMENTO DE EMPRESAS NO CEARÁ (ACUMULADO DE JAN-DEZ)				
ESPECIFICAÇÕES	2018	2019	2020	2021
Abertura	70.245	85.246	89.216	110.011
Fechamento	71.837	31.598	27.472	38.832
Saldo	-1.592	53.648	61.744	71.179

Fonte: JUCEC.

PECEM - TOTAL DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA (TONELADAS)					
(ACUMULADO DE JAN-DEZ)					
PERÍODO	2018	2019	2020	2021	Var (18 - 21) %
	17.214.859	18.100.766	15.930.483	22.417.077	30,22

Fonte: CIPP.

CONSUMO (MWM) DE ENERGIA (ACUMULADO DE JAN-DEZ)					
	2018	2019	2020	2021	Var (20 - 21) %
Ceará	11.575.659	11.903.860	11.673.157	12.712.261	8,90

Fonte: ENEL Ceará/Departamento de Faturamento.

AV. WASHINGTON SOARES, 999 – PAVILHÃO LESTE – PORTÃO D – 2º MEZANINO – EDSON QUEIROZ

CEP: 60811-341 | FORTALEZA/CE | TEL.: (85) 3108.2700 – E-MAIL: adece@adece.ce.gov.br

FECHAMENTO DE MERCADO

BOLSAS

<u>IBOV</u>	105.804,59
<u>NASDAQ</u>	12.320,57
<u>DOW JONES</u>	32.954,12
<u>S&P 500</u>	4.147,78
<u>Nikkei 225</u>	27.003,56
<u>LSE LONDRES</u>	7.302,00

MOEDAS

<u>DÓLAR</u>	R\$ 5,04
<u>EURO</u>	R\$ 5,34
<u>GBP - USD</u>	1,24
<u>USD - JPY</u>	130,26
<u>EUR - USD</u>	1,06
<u>USD - CNY</u>	6,67
<u>BITCOIN</u>	\$36.330,69

COMMODITIES

<u>BRENT (US\$)</u>	113,27
<u>Prata (US\$)</u>	22,45
<u>Boi Gordo (US\$)</u>	133,52
<u>Trigo NY (US\$)</u>	1.121,00
<u>OURO (US\$)</u>	1.888,30
<u>Boi Gordo (R\$)</u>	322,80
<u>Soja NY (US\$)</u>	1.640,25
<u>Fe CFR (US\$)</u>	144,90

INDICADORES DE MERCADO

<u>US T-2Y</u>	2,69	<u>Risco Brasil - CDS 5 anos - USD</u>	232,24
<u>US T-5Y</u>	3,03	<u>SELIC (%)</u>	12,75
<u>US T-10Y</u>	3,11		
<u>US T-20Y</u>	3,43		
<u>US T-30Y</u>	3,20		

ECONOMIA CEARENSE

<u>RCL - CE (2021)</u>	25.170,81 Mi	<u>INVES - CE (2021)</u>	3.477,67 Mi
<u>RCL - CE (FEV/2022)</u>	4.817,10 Mi	<u>INVES - CE (FEV/2022)</u>	92,93 Mi

INFLAÇÃO

<u>IPCA - Acumulado em 12 meses (%)</u>	11,30
---	-------

Última atualização:
06/05/2022

